

REQUERIMENTO Nº /2008

(da Sra. Janete Rocha Pietá e do Sr. Paulo Henrique Lustosa)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, destinada a tratar da situação das comunidades remanescentes de quilombos, particularmente no tocante à titulação das propriedades, para a qual deverão ser convidados: Givânia Maria da Silva, Subsecretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; Incra, Rolf Hackbart, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Debora Duprat, Coordenadora da 6ª Câmara do Ministério Público; representante da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 117, inciso VIII do Regimento Interno, requeremos, ouvido o plenário, realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, destinada a tratar da situação das comunidades remanescentes de quilombos, particularmente no tocante à titulação das propriedades, para a qual deverão ser convidados: Givânia Maria da Silva, Subsecretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; Incra, Rolf Hackbart, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Debora Duprat, Coordenadora da 6ª Câmara do Ministério Público; representante da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão.

Justificação

A Constituição Federal, no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelece que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

A Constituição Federal completa vinte anos em 2008. Este ano também marca os 120 anos da abolição incompleta – abolição que não foi complementada por políticas públicas de integração e promoção do bem-estar, relegando a população afro-descendente aos piores indicadores sócio-econômicos. Esse contexto justifica um exame dos avanços e desafios para as políticas de promoção da igualdade, particularmente no que diz respeito à situação dos quilombolas.

Pelo exposto, conclamamos os nobres pares a aprovarem o presente Requerimento.

Sala das Comissões, 18 de março de 2008.

JANETE ROCHA PIETÁ
Deputada Federal-PT/SP

PAULO HENRIQUE LUSTOSA
Deputado Federal-PMDB/CE